

AS RELAÇÕES ARGENTINA-BRASIL NA MÍDIA BRASILEIRA

Luiza Elena Januário¹
Jonathan de Araujo de Assis²
Kimberly Alves Digolin³

RESUMO: As relações entre Argentina e Brasil são historicamente compreendidas como um pêndulo entre as lógicas de rivalidade e cooperação. Embora não seja possível afirmar que a rivalidade foi totalmente superada, a cooperação tornou-se preponderante a partir dos anos 1980 e o movimento de aproximação forneceu bases para a criação do Mercosul, em 1991. A presente proposta busca analisar como alguns periódicos expoentes da mídia brasileira apresentam as relações entre Argentina e Brasil, considerando especialmente a visão que embutem a respeito da atual política externa brasileira e da integração regional em termos de Mercosul. Nesse sentido, a principal fonte para o trabalho reside no Informe Mensal do Observatório de Política Exterior (OPEX).

Palavras-chave: Brasil, Argentina, Mídia.

1 Introdução

Levando em consideração que os veículos midiáticos são importantes formadores de opinião pública e representantes de posicionamentos político-ideológicos distintos, o objetivo deste artigo é apontar a visão dos principais periódicos brasileiros acerca da política externa brasileira no que se refere às relações com a Argentina e à integração regional no âmbito do Mercosul, tendo como principal fonte de pesquisa o Informe Mensal do Observatório de Política Exterior (OPEX)

O OPEX é um projeto de pesquisa universitária, vinculado ao Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional (GEDES) e desenvolvido por estudantes da Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho” e do Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas (Unesp, Unicamp e PUC-SP), no Brasil, visando a disseminação de informações sobre política externa.

O projeto pretende ainda a construção de uma rede epistêmica latino-americana, tendo como parceiros: Universidad Nacional de Rosario, na Argentina; Instituto de Estudios Internacionales de la Universidad de Chile; Secretaría de Información y Comunicación para el Desarrollo de la Presidencia de la República (SICOM), no Paraguai; Programa de Estudios Internacionales (PEI) de la Unidad Multidisciplinaria (UM) de la Facultad de Ciencias Sociales (FCS) e Universidad de la República (UdelaR), no Uruguai.

O objetivo final dos trabalhos desenvolvidos é fornecer dados que possam subsidiar decisões em políticas públicas e pesquisas acadêmicas, além de auxiliar na formação e compreensão da sociedade geral interessada no assunto. Para tanto, jornais de grande circulação são utilizados como fontes de pesquisa na elaboração de informes e artigos analíticos dos mais variados teores sobre política externa. Tais informes são distribuídos por meio eletrônico⁴ aos seus assinantes e disponibilizados em sítios na internet para acesso

¹ Mestranda em Relações Internacionais no Programa de Pós-Graduação “San Tiago Dantas” (UNESP, UNICAMP e PUC-SP). Bolsista CAPES. E-mail: luiza_januario@hotmail.com

² Graduando em Relações Internacionais na Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Campus Franca). E-mail: jonathan.assis@gmail.com

³ Graduanda em Relações Internacionais na Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Campus Franca). E-mail: kimberly.alves.digolin@hotmail.com

⁴ Todos os informes elaborados pelo OPEX (Argentina, Brasil, Chile, Paraguai, Uruguai e Venezuela) estão disponíveis no seguinte link: <http://unesp.br/gedes/>. Caso tenha interesse em cadastrar-se para o recebimento

público e gratuito.

Entre os produtos do OPEx estão os Informes Mensais, os quais são elaborados a partir da análise dos editoriais de jornais e revistas semanais acerca da temática de política externa. No caso do Informe Mensal do Brasil, são analisados os editoriais das revistas *Carta Capital* e *Veja*, bem como dos jornais *Correio Braziliense*, *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo* e *Zero Hora*. Após a leitura desses editoriais, o grupo elabora resumos críticos que depois são articulados em uma análise subdividida por temas, utilizando-se das discussões presentes nas teorias de Relações Internacionais (RI).

Nesse sentido, a metodologia utilizada para a elaboração do presente artigo consiste na análise dos Informes Mensais do Brasil elaborados entre março de 2014 até março de 2015 e posterior cotejamento de todas as notícias concernentes às relações entre Argentina e Brasil ali contidas, considerando especialmente a visão apresentada a respeito da atual política externa brasileira e da integração regional no que se refere ao Mercado Comum do Sul (Mercosul). Com base nessa seleção, foram avaliadas as percepções embutidas nesses editoriais – positiva, negativa ou neutra – e a linguagem utilizada.

Ademais, a fim de melhor compreender a visão da mídia brasileira acerca da temática, foi elaborado um breve histórico das relações entre Argentina e Brasil, salientando o movimento pendular entre a rivalidade e a cooperação que caracterizaram tais relações, apontando os principais momentos de confluência e o movimento de aproximação que forneceu bases para a criação do Mercosul, juntamente com Paraguai e Uruguai, em 1991. Buscamos, ainda, apontar um breve histórico do Mercosul, envolvendo objetivos e estrutura, e julgamos importante dedicar uma parte deste artigo para explicitar debates sobre discussões teóricas acerca do papel da mídia na política externa.

2 Contextualização histórica

2.1 Relações com a Argentina

As relações entre Argentina e Brasil são historicamente compreendidas como um pêndulo entre as lógicas de rivalidade e cooperação. Enraizada pelas relações concorrentes entre as respectivas metrópoles – Espanha e Portugal – e presente mesmo após os processos de independência, a rivalidade entre Argentina e Brasil foi especialmente marcada pelo preceito de sobreposição regional ao longo de todo o século XIX. Como exemplo dessa disputa pela hegemonia na região é possível citar a Guerra da Cisplatina, ocorrida entre 1825 e 1828 pela posse da região que atualmente compreende o Uruguai. Entretanto, é importante ressaltar que esse período também compreendeu intervalos de maior cooperação durante as décadas de 1850 e 1860, inclusive com a assinatura do Tratado de Amizade, Comércio e Navegação⁵.

Apesar de Clodoaldo Bueno (1997) afirmar que a Argentina era considerada um “inimigo provável” pela chancelaria brasileira durante 1890, o início do século XX marcou um movimento de maior convergência entre os países. Sob o comando do Barão do Rio Branco (1902-1912), a política externa brasileira buscou estabelecer na América do Sul um

eletrônico dos informes, envie um email para: opex@gedes.org.br.

⁵ Assinado em 1856, o Tratado visava “firmar em bases sólidas e duradouras as relações de paz e amizade que subsistem entre as duas nações, e promover os interesses comuns do seu comércio e navegação”. Disponível em: http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1856/b_49/. Acesso em: 10 Jul. 2015.

ambiente politicamente estável, a fim de diminuir a possibilidade de intervenções extra regionais e onde a proeminência geopolítica brasileira ocorresse em equilíbrio com a Argentina (DORATIOTO, 2000). Exemplos dessa maior convergência foram a assinatura do Tratado Antibélico de Não Agressão e de Conciliação⁶, em 1933, a mediação argentino-brasileira na Guerra do Chaco e o acordo para a construção da ponte internacional sobre o rio Uruguai.

Entretanto, mais uma vez apontando a característica pendular das relações entre Argentina e Brasil, os Estados vivenciaram nova disputa pela liderança regional durante a Segunda Guerra Mundial, seguida por uma tentativa de reaproximação nas décadas de 1950, inclusive com a assinatura do Convênio de Amizade e Consulta em 1961. Durante os regimes militares de ambos os países houve uma retomada das rivalidades, culminando no conflito de Itaipu⁷, uma vez que a alteração do equilíbrio regional de poder em favor do Brasil se acentuou durante os anos 1960, fazendo com que a industrialização passasse a ser considerada um importante fator geopolítico na percepção argentina (CANDEAS, 2010).

A década de 1970 foi marcada por idas e vindas acerca da questão de Itaipu – até o Acordo de Itaipu-Corpus finalmente ser assinado em 1979 –, embora a política externa de ambos convergisse tanto pelo comum alinhamento aos Estados Unidos em um contexto de Guerra Fria quanto pelo foco em questões de segurança nacional. Foi apenas nas décadas de 1980 e 1990 que Argentina e Brasil realmente alcançaram um maior patamar de congruência. Exemplo disso foi a assinatura da Declaração de Iguaçu⁸ em 1985, bem como a assinatura da Ata para a Integração Brasil-Argentina⁹, que criou o Programa de Integração e Cooperação Econômica (PICE).

O PICE marcou o início de uma integração bilateral gradualista e serviu de base para uma integração multilateral com o Mercosul (MELLO, 1996), seguindo os princípios da flexibilidade, simetria e do equilíbrio dinâmico. Em 1988, Argentina e Brasil assinaram o Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento, e três anos depois os ministros das Relações Exteriores de ambos os países decidiram criar um mecanismo permanente de consultas para a harmonização das políticas externas. De acordo com Bernal-Meza (2002), foi nesse período que o Brasil passou a construir uma parceria estratégica com a Argentina, a qual serviu de plataforma para a redefinição das relações no plano regional.

Embora o governo de Fernando Henrique Cardoso já tenha esboçado maior aproximação com os países vizinhos – estratégia adotada pelo Brasil para aumentar seu espaço de manobra perante o crescente unilateralismo dos Estados Unidos na década de 1990 –, foi durante os mandatos de Lula da Silva que a Argentina consolidou seu lugar na política externa brasileira. Exemplo disso foram os mais de 90 acordos, tratados, protocolos, declarações conjuntas e memorandos assinados pelos países entre 2003 e 2010¹⁰. Entre eles,

⁶ Também conhecido como Pacto Saavedra Lamas, em referência ao ministro das Relações Exteriores argentino, visava “uma estrutura estável e legítima de paz diante das incessantes erupções do armamentismo em toda a região” (SPEKTOR, 2002).

⁷ Caracterizado pelo desacordo entre Argentina e Brasil acerca do aproveitamento do Rio Paraná.

⁸ Na qual os presidentes Raúl Alfonsín e José Sarney expressaram anseio em acelerar o processo de integração bilateral. Disponível em: <http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1985/b_74/>. Acesso em: 13 Jul. 2015.

⁹ Dentre outros objetivos, o documento visava “a modernização tecnológica e maior eficiência na alocação de recursos nas duas economias, através de tratamentos preferenciais ante terceiros mercados, e a harmonização progressiva de políticas econômicas”. Disponível em: <http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1986/b_30/>. Acesso em: 13 Jul. 2015.

¹⁰ De acordo com dados disponíveis na Biblioteca Digital de Tratados do Ministério das Relações Exteriores e

é possível destacar a Declaração Conjunta dos mandatários de Argentina e Brasil, celebrada em 2008, na qual ambos reafirmam compromisso com o Mercosul e apontam o órgão como o principal âmbito de integração regional.

A busca por uma parceria estratégica com a Argentina, bem como a postura de concertação regional, almejada por Lula da Silva manteve-se presente na política externa do governo de Dilma Rousseff, embora seja perceptível certo retraimento da diplomacia brasileira, haja vista o contexto de crise econômico-financeira internacional e de insatisfação no âmbito doméstico. Entretanto, vale ressaltar que a primeira viagem de Estado realizada pela presidente Dilma Rousseff foi justamente para a Argentina, o que aponta com clareza o ímpeto brasileiro de reafirmar a relação cooperativa com o país vizinho. Em mesma medida, houve uma manutenção do discurso oficial acerca das relações argentino-brasileiras, fato exemplificado pela linguagem utilizada nos acordos e declarações conjuntas, sempre contendo os termos “amizade” “parceria” e “aliança estratégica”.

2.2 Mercosul

O Mercado Comum do Sul foi criado a partir do Tratado de Assunção¹¹, assinado em 1991 por Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, com o objetivo de ampliar as dimensões de seus mercados nacionais através da integração. Entre as principais competências do Mercosul apontadas no Tratado, é possível destacar as seguintes: livre circulação de bens, serviços e fatores produtivos entre os países através da eliminação dos direitos alfandegários e restrições não tarifárias à circulação de mercadorias; estabelecimento de uma tarifa externa comum e adoção de uma política comercial comum em relação a terceiros, bem como a coordenação de posições em foros econômico-comerciais regionais e internacionais; coordenação de políticas macroeconômicas e setoriais entre os Estados-membros, a fim de assegurar condições adequadas de concorrência entre si; e harmonização das legislações, nas áreas pertinentes, para lograr o fortalecimento do processo de integração (ASSUNÇÃO, 1991).

Ademais, é importante ressaltar que o Anexo do Tratado de Assunção ainda previa um regime geral de origem e um sistema de solução de controvérsias, além de cláusulas de salvaguarda. Em 1994, os quatro países assinaram o Protocolo Adicional de Ouro Preto¹², que, além de reafirmar os princípios e objetivos do Tratado de Assunção, estabelecia a estrutura institucional do Mercosul, apontando a criação e respectivas funções dos seguintes órgãos: Conselho do Mercado Comum (CMC); Grupo Mercado Comum (GMC); Comissão de Comércio do Mercosul (CCM); Comissão Parlamentar Conjunta (CPC); Foro Consultivo Econômico-Social (FCESL); e Secretaria Administrativa do Mercosul (SAM).

O Protocolo ainda deixava aberta a possibilidade de criação de novos órgãos auxiliares necessários aos objetivos do processo de integração, ressaltando que eles deveriam corresponder aos termos acordados. Nesse sentido, em 1995 foi aprovada a criação de dez comitês técnicos, com a finalidade de operacionalizar os compromissos acordados em Ouro Preto. Além disso, concernente à adesão dos demais países da região, o Protocolo de Adesão

Culto da Argentina (<http://tratados.mrecic.gov.ar/>).

¹¹ O Tratado apontava como data limite para o estabelecimento do Mercosul o dia 31 de dezembro de 1994. Disponível em: <<http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/multilaterais/tratado-para-a-constituicao-de-um-mercado-comum-entre-a-republica-federativa-do-brasil-a-republica-argentina-a-republica-do-paraguai-e-a-republica-oriental-do-uruguai-tratado-de-assuncao>>. Acesso em 10 Jul. 2015.

¹² Disponível em: <<http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/multilaterais/protocolo-adicional-ao-tratado-de-assuncao-sobre-a-estrutura-institucional-do-mercosul-protocolo-de-ouro-preto>>. Acesso em: 10 Jul. 2015.

da Venezuela¹³ ao Mercosul foi assinado em 2006. Já a Bolívia foi acolhida como membro observador em 1994, com autorização para participar dos subgrupos de trabalho sobre meio ambiente e transporte terrestre, embora o Protocolo de Adesão da Bolívia¹⁴ como membro associado tenha sido assinado apenas em 2015.

De acordo com Cervo (2008), a origem e evolução do Mercosul compreende um lastro histórico de relações em eixo, ou seja, quando duas potências regionais se unem em favor de uma causa comum. Nesse sentido, ao unificar forças de dois países de grande proeminência regional, “a relação especial ultrapassa o âmbito das relações bilaterais e suscita reações na vizinhança, em princípio no sentido de aglutinação, como ocorreu durante a origem e a expansão da União Europeia [...]” (CERVO, 2008, p. 5). A conjugação de forças traduzida pelo bloco auxiliou as negociações multilaterais dos membros a tal ponto que, como aponta Cervo (2008), chegou a influenciar no insucesso do projeto de criação da Área de Livre Comércio das Américas (Alca) e ainda favoreceu a fundação da União das Nações Sul-americanas (Unasul).

Segundo Ruiz (2013), o desenvolvimento do Mercosul pode ser entendido em quatro etapas. A primeira corresponde a um período de transição (1991-1994), o qual representa um período de discussão da união aduaneira e aperfeiçoamento da zona de comércio livre. A segunda etapa (1995-1998) caracteriza-se pela manutenção dos processos do período de transição, sendo seguida por um período de crise do Mercosul (1999-2003) que culminou na elaboração de propostas revisionistas do modelo do Tratado de Assunção. Por fim, o autor aponta que a quarta etapa teve início em 2003, marcando o estabelecimento de um “novo Mercosul”. Durante o período de transição, e em paralelo às tratativas de natureza comercial do Tratado de Assunção, “começou a se desenvolver uma embrionária dimensão social no Mercosul” (RUIZ, 2013, p. 21). Foram então adotadas medidas que refletiam aspectos de temas sociais e políticos da região, como a criação do Fórum Consultivo Econômico e Social.

Com o fortalecimento da agenda comercial do Mercosul durante a primeira metade da década de 1990, foi possível atingir entendimentos em esferas inicialmente não abarcadas pelo Tratado de Assunção. Nesse sentido, o Protocolo de Ushuaia (1998), relativo ao compromisso democrático dos membros do Mercosul insere-se no desenvolvimento de um “Mercosul político”, enquanto o Acordo Multilateral de Segurança Social, de 1997, simbolizou o fortalecimento do processo gradual de construção de um “Mercosul social” (RUIZ, 2013).

Durante cúpula realizada em Buenos Aires, em 2000, foram apresentadas algumas propostas que sugeriam mudanças ao modelo do Tratado de Assunção, como a Carta de Buenos Aires sobre Compromisso Social. No documento, os presidentes reconheceram a prioridade do reforço da dimensão social do bloco, levando em conta que todos os aspectos do processo de integração deveriam progredir conjuntamente (MERCOSUL, 2000). Em mesma medida, a alteração na liderança política de Argentina e Brasil a partir de 2003, favoreceu a aprovação de outras medidas que alteraram o modelo do Tratado de Assunção.

Sob esse contexto, foi assinado o Consenso de Buenos Aires, o qual ressaltou o objetivo de Argentina e Brasil em intensificar a cooperação bilateral e regional a fim de garantir a todos os cidadãos o pleno usufruto de seus direitos e liberdades fundamentais,

¹³ Disponível em: <http://www.mercosur.int/innovaportal/file/2485/1/2006_PROTOCOLO_ES_Adhesion_Venezuela.pdf>. Acesso em 11 Jul. 2015

¹⁴ Disponível em: <http://www.mercosur.int/innovaportal/file/4054/1/2015_protocolo-adhesion-de-bolivia-al-mcs_es.pdf>. Acesso em 11 Jul. 2015.

incluindo o direito ao desenvolvimento, em um âmbito de liberdade e justiça social (CONSENSO DE BUENOS AIRES, 2003). Até 2008, outras normas e instituições foram criadas para desenvolver a dimensão social do bloco, assim como para fortalecer a dimensão econômica. Dessa forma, o Mercosul teria se desenvolvido de um bloco comercial que buscava conciliar questões de natureza comercial e econômica, para um bloco que visa também a promoção de um plano de ação social para a região (RUIZ, 2013).

3 Os meios de comunicação e a política externa

Tem-se que a função primária dos meios de comunicação é a de levar ao público informações sobre os acontecimentos desde o nível local até o internacional (BURITY, 2013). Nesse sentido, ao papel da mídia enquanto fonte de informação, encontra-se velado o potencial de nomear os eventos de maior e menor importância através do destaque a algumas matérias e da omissão seletiva de algumas informações. A essa característica interpretacionista da mídia, de expressiva subjetividade, Soares (2012 apud Burity, 2013) aponta que o noticiário pode acentuar ou amenizar uma determinada situação e afetar o equilíbrio de forças políticas.

Enquanto ator das relações internacionais, a mídia guarda particularidades em relação a outros agentes importantes do cenário internacional. Nesse sentido, Camargo (2008) aponta que, enquanto é possível identificar interesses e identidades mais ou menos constantes em alguns atores internacionais – como os Estados –, não é possível prever o comportamento da mídia, que pode possuir diferentes identidades e interesses conforme seu contexto, sua natureza de veiculação e sua direção.

Camargo (2008) aponta que o debate realizado pela UNESCO entre as décadas de 1970 e 1980, intitulado Nova Ordem Mundial da Informação e Comunicação (NOMIC), ajudou a consolidar os estudos sobre a comunicação internacional no campo de RI, uma vez que inseria as discussões no escopo dos estudos da área. A principal agenda da NOMIC, que contava com participação expressiva de países em desenvolvimento, era a democratização dos assuntos ligados à informação em âmbito global, então alimentados por instituições de comunicação de países desenvolvidos.

Em suma, as críticas direcionadas à ordem do fluxo de informações internacional baseavam-se em três pontos: 1) na existência de um fluxo unilateral das informações, advindas de países desenvolvidos; 2) no monopólio exercido por algumas corporações de mídias; e 3) na verticalização das notícias, que contribuía para uma visão distorcida das regiões mais pobres do mundo (CAMARGO, 2008).

No início da década de 1980, a UNESCO lançou o relatório “One World, Many Voices”, que, aprovando as resoluções propostas pela NOMIC, apresentou orientações e medidas para dirimir a assimetria internacional no fluxo de informações. Apesar de não ter alcançado na prática algum tipo de regulamentação do setor das comunicações, o documento trouxe o tema da comunicação-informação para a agenda internacional pela primeira vez (CAMARGO, 2008).

As revoluções de comunicação e informação ocorridas no século XX implicaram em mudanças fundamentais na formulação da política externa e na condução da diplomacia (GILBOA, 2002). Esse impacto sobre a elaboração da política externa dos países deriva, sobretudo, da crescente capacidade das tecnologias de comunicação em difundir informações ao redor do mundo de maneira quase instantânea. Segundo argumenta Gilboa (2002), a comunicação internacional afetou a condução da política externa tanto em seu estágio de

formulação, etapa na qual são definidas as linhas orientadoras da ação internacional, quantona fase de implementação, executada por agentes diplomáticos¹⁵ com o objetivo de defender e buscar os interesses delineados pela política externa.

Nesse sentido, Gilboa (2002) propõe uma taxonomia com quatro papéis para a mídia, a qual é considerada como ator de diferentes atributos, atividades, contextos e conceitos. As quatro possibilidades de atuação são: controladora, constrangedora, interventora e instrumental. Como proposta de complementação a essa classificação de potenciais atuações da mídia, Camargo (2008) também apresenta a mídia como ator conflituoso.

Taxonomia de atores e conceitos

Tipo do ator	Atividade	Contexto	Conceito
Ator controlador	Substitui a tomada de decisão	Intervenção em crises humanitárias	Efeito CNN
Ator constrangedor	Constrange a tomada de decisão	Processo de tomada de decisão	Política em tempo real
Ator interventor	Mediadores	Mediação internacional	Crises políticas
Ator instrumental	Promove negociações e acordos	Resolução de conflitos	Diplomacia midiática
Ator conflituoso	Provoca conflitos	Situações de crise	Conflitos midiáticos

Fonte: Elaboração própria (GILBOA, 2002, p. 733; CAMARGO, 2002, p. 42).

Sobre o tipo controlador, a mídia torna-se ator de importância substantiva em uma ação direta, se não dominante, na formulação de política externa e política de defesa. Nesse sentido, os meios de comunicação, sobretudo a televisão, podem substituir os tomadores de decisão quanto às questões relacionadas à intervenção militar (GILBOA, 2002; CAMARGO, 2008). Como ator constrangedor, a mídia é vista como mais um elemento que influencia no processo de tomada de decisão e cuja função primordial é constranger os processos de elaboração e execução de políticas (GILBOA, 2002). Em relação ao tipo controlador, o tipo constrangedor retira dos meios de comunicação o protagonismo, que se sobrepõe aos agentes governamentais, na elaboração e execução da política externa.

O terceiro papel considerado é a mídia como interventora nas mediações internacionais, que considera a potencial atuação dos agentes de comunicação como intermediadores diretos ou indiretos nos conflitos, podendo servir como catalisadores dos acordos e resoluções (GILBOA, 2002). Enquanto ator instrumental, os meios de comunicação são mobilizados instrumentalmente por governos e diplomatas como uma ferramenta para assegurar suporte e lograr acordos (GILBOA, 2002). Conceitualmente, o autor ainda trata a questão da mídia como ator instrumental através da “diplomacia pública”, que prevê diversas variações de emprego e resultados. Por fim, a classificação da

¹⁵ Gilboa (2001) conceitualiza o que entende por “diplomacia” como um sistema de comunicação através do qual representantes de Estados e atores globais manifestam e defendem seus interesses.

mídia como ator conflituoso proposta por Camargo (2008) contempla a possibilidade de uma cobertura da mídia gerar situações de tensão entre países ou instabilidade na ordem política doméstica. Nesse sentido, a autora destaca reportagens de cunho especulativo que podem tangenciar tópicos sensíveis às relações entre certos países.

Especificamente sobre o papel instrumental dos meios de comunicação, Gilboa (2001) propõe três modelos conceituais sobre a atuação da mídia enquanto instrumento da política externa: 1) diplomacia pública, quando atores estatais e não estatais usam os canais de comunicação para influenciar a opinião pública em um país estrangeiro¹⁶; 2) diplomacia na mídia, quando agentes utilizam a mídia para se comunicar com atores e para promover a resolução de conflitos; e 3) diplomacia feita pela mídia, quando os jornalistas assumem o papel de mediadores em negociações internacionais.

A ideia central da diplomacia pública é “uma comunicação direta com povos estrangeiros, com o objetivo de afetar seu pensamento e, em última instância, o de seus governos” (GILBOA, 2001, p. 4). Em complemento a essa definição, Sharp (2007, p. 110 apud CAMARGO 2008) aponta que “diplomacia pública é o processo pelo qual é buscado relações diretas com as pessoas de um país em favor dos interesses e valores daqueles sendo representados”. Esse modelo descreve um padrão de ação que visa influenciar um governo estrangeiro através da influência sobre seus cidadãos. No escopo da diplomacia pública, a mídia de massa é apenas um dos instrumentos utilizados para exercer influência sobre indivíduos e governos, sendo normalmente orientado ao público em geral (GILBOA, 2001).

Mecanismos como o ensino de línguas, intercâmbio de artistas e intelectuais, construção de centros culturais e participações em festivais são direcionados às audiências que ocupam espaço de elites e podem exercer influência sobre a opinião pública geral (GILBOA, 2001). Nesse sentido, Gilboa (2001) argumenta que a mídia de massa se concentra em assuntos correntes, ao passo que os canais culturais dão maior enfoque aos fatores de percepção de países e sociedades em longo prazo.

As tipologias elaboradas por Gilboa (2001; 2002) acerca da influência dos meios de comunicação na formulação e execução da política externa podem ser aplicadas ao modelo de análise dos processos de decisão em política externa proposto por Deutsch (1978). De acordo com esse modelo, um Estado pode ser compreendido como um sistema nacional de decisões, no qual há um fluxo de comunicações e decisões que pode ser visualizado como uma “queda d’água” de cinco patamares (DEUTSCH, 1978).

Tal sistema é formado por cinco patamares hierarquicamente organizados: 1) elite social e econômica; 2) elite política e governamental; 3) meios de comunicação de massa; 4) líderes de opinião; e 5) opinião de massa. Cabe destacar que, para Deutsch (1978), cada patamar comporta uma heterogeneidade de atores e instituições, e as comunicações fluem mais facilmente dos níveis mais altos para os mais baixos.

De acordo com o modelo de cinco níveis, a opinião pública seria influenciada e mobilizada, em grande medida, a partir dos interesses e opiniões dos atores e instituições que compõem os níveis mais altos – elite econômica e política. Em contrapartida, a ação instrumental da diplomacia pública de Gilboa (2001) sugere uma inversão, ainda que restrita

¹⁶ Consideramos com maior ênfase o tipo de “diplomacia pública” pela potencialidade que ele oferece aos agentes e instituições, públicas ou privadas, de influenciar a política externa de países estrangeiros através dos meios de comunicação. Dessa forma, visto que a “diplomacia pública” subentende uma ação direcionada à opinião pública de um outro país, consideramos as possibilidades de impacto de uma eventual ação dessa natureza direcionada à sociedade brasileira, o que se traduziria em um esforço substantivo dos jornais em mobilizar a opinião pública brasileira em favor de uma agenda específica.

do fluxo de comunicação do modelo de “queda d’água”, uma vez que se busca o constrangimento das ações das elites por meio da pressão popular.

Em suma, a consideração ampla sobre análises e modelos propostos pelos supracitados autores possibilita a compreensão do Estado mais como um conjunto específico de instituições e atores com interesses distintos, e menos como uma totalidade social-territorial¹⁷. Nesse sentido, beneficia-se o entendimento sobre o papel dos meios de comunicação enquanto instrumento de potencial influência sobre a elaboração e execução da política externa de um país.

4 Um panorama geral sobre as relações entre Argentina e Brasil na mídia brasileira

Entre março de 2014 e março de 2015, foram publicados 22 editoriais e uma reportagem sobre a política externa brasileira com relação à Argentina e ao Mercosul pelos periódicos analisados. Como ponto de partida, é importante destacar quais foram os elementos considerados para o cotejamento das notícias. A seleção foi feita com base nos informes do Observatório de Política Exterior Mensal brasileiro, conforme já citado. Isso significa que, no caso dos jornais, foram considerados somente os editoriais, pois estes representam a pensamento do meio midiático sobre a questão, sendo descartados artigos de opinião. No caso das revistas, a triagem foi feita considerando o periódico como um todo, uma vez que se considera que esse tipo de meio de comunicação expressa sua visão de modo distinto, projetando-a claramente nas reportagens. A junção dos editoriais e reportagens que embasam esse trabalho será genericamente denominada “notícias” ou “editoriais” para fins de simplificação.

Considerando esses pontos, apresentam-se quatro gráficos com o objetivo de prover uma visão geral sobre como foi a abordagem do tema em pauta no período delimitado. Assim, o *Gráfico 1* traz a proporção em que *Correio Braziliense*, *Carta Capital*, *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo*, *Veja* e *Zero Hora* abordaram o tema.

¹⁷ De acordo com Halliday (2007), “o conceito normalmente utilizado nas relações internacionais não é simplesmente uma conveniência analítica e possui várias suposições legais e de valor” (HALLIDAY, 2007, p. 94). Uma leitura mais ampla sobre o conceito do Estado permite problematizar uma suposta consonância de interesses e uniformidade cultural no âmbito de um Estado (HALLIDAY, 2007).



Gráfico 1: Abordagem do tema por periódico

Pode-se notar que, no período analisado, a *Carta Capital* não abordou as relações entre Argentina e Brasil, e a ligação destas com o Mercosul, ao passo que *O Estado de S. Paulo* publicou a grande maioria dos editoriais sobre o tema. O jornal veiculou 17 editoriais, enquanto *Correio Braziliense*, *Folha de S. Paulo*, *Veja* e *Zero Hora* publicaram dois, dois, um e um editoriais respectivamente. Evidencia-se então a importância do eixo Argentina-Brasil para a agenda de *O Estado de S. Paulo*, sendo que, em média, o jornal publicou mais de um artigo por mês sobre a questão. Apesar de não ser um número alto em termos absolutos, pode-se apontar sua relevância ao se considerar que política externa e política internacional são tópicos muitas vezes marginalizados pela opinião pública e pelos veículos de comunicação no Brasil, ainda mais porque no período havia um quadro de agitações políticas e problemaseconômicos internos que atraíram o foco da grande mídia. De qualquer modo, é possível afirmar que a política externa brasileira frente à Argentina recebeu notável atenção por parte de *O Estado de S. Paulo* e resultou em um esforço constante de moldar a opinião pública sobre o assunto. Cabe então expor a distribuição dos editoriais no período selecionado.



Gráfico 2: Editoriais por meses

O Gráfico 2 mostra a distribuição dos editoriais por mês de publicação. Em maio, novembro e dezembro de 2014 não houve publicações sobre o tema. Já os meses de março e agosto de 2014 apresentam o maior número de editoriais, seguidos por abril e outubro do mesmo ano e fevereiro de 2015. Uma conjunção de motivos explica a concentração de notícias. Nos dois meses com maior número de publicações, foi abordado não somente o papel da Argentina e do Mercosul para a política externa brasileira, mas também temas de comércio exterior e diretrizes econômicas brasileiras que englobavam nas argumentações as relações entre os dois países sul-americanos. Assim, o eixo bilateral aqui analisado também apareceu em artigos sobre as relações do Brasil com outros parceiros, como Estados Unidos e União Europeia.

Cabe ainda notar que em março ocorreu uma reunião entre representantes de Argentina e Brasil para discutir as relações comerciais, ponto este também abordado. Já em abril de 2014, teve peso a visita do ministro de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Mauro Borges, à Argentina e em outubro do mesmo ano ganhou destaque a política econômica brasileira e o setor automobilístico nas relações bilaterais. Por fim, em fevereiro foram abordados os desafios do novo ministro de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Armando Monteiro Neto, no tocante à Argentina e ao Mercosul, além dos reflexos dos produtos chineses no país vizinho para o bloco regional.

Desse modo, fatores específicos impulsionaram os editoriais, que se encontravam muitas vezes relacionados a uma lógica mais ampla de política comercial. Cabe então explicitar essa questão, conforme trabalhado no Gráfico 3.



Gráfico 3: Classificação dos editoriais

Conforme indicado, não foram apenas considerados editoriais que trabalham especificamente a política externa brasileira em relação à Argentina e ao Mercosul. Também foram selecionados para análise publicações que abordassem relações comerciais de forma geral e as diretrizes da política econômica brasileira que utilizassem o posicionamento brasileiro frente à Argentina como parte da argumentação. Dessa forma, foram incluídos editoriais sobre a relação do Brasil com outros parceiros e sobre o acordo entre Mercosul e União Europeia. Cabe destacar que a separação dos editoriais por tema não é rígida, mas considera a preponderância e o sentido do texto. De todo modo, pode-se apontar que a maior parte do material se refere às relações Argentina-Brasil, com 15 notícias.

Finalmente, introduz-se a análise dos editoriais selecionados com uma classificação geral de como os periódicos apresentam as relações entre Argentina e Brasil e a política externa brasileira para o país vizinho. As categorias estabelecidas foram positivo, negativo e neutro.



Gráfico 4: Avaliação dos periódicos sobre o tema

O Gráfico 4 mostra que nenhum editorial apresenta uma visão positiva sobre o tema, enquanto apenas um pode ser classificado como neutro. Este é o editorial do *Zero Hora* de julho de 2014 que discute as dificuldades do Mercosul e das relações entre Argentina e Brasil, propondo que devem ser tomadas atitudes para revitalizar a importância do bloco regional. Embora aponte problemas, o jornal não se mostrou contra a integração regional e o relacionamento brasileiro com seu vizinho. De qualquer modo, nota-se a visão negativa dos meios de comunicação selecionados sobre o tema, sendo necessário analisar como a questão foi trabalhada e quais elementos a fundamentaram.

4.1 A abordagem da mídia sobre a política externa brasileira em relação à Argentina e à integração regional no âmbito do Mercosul

De forma geral, a argumentação dos editoriais analisados volta-se a defesa de que o Brasil deve diversificar suas relações comerciais e melhorar sua inserção na economia internacional de modo que não seja altamente vulnerável aos reveses da economia argentina e dependente do Mercosul. O enfoque e a forma como essa questão é trabalhada varia de acordo com o periódico, existindo geralmente uma visão de que é necessário repensar a concepção e a prioridade dadas às relações com o entorno regional.

Conforme já notado, o *Zero Hora* destoa um pouco dos contornos negativos atribuídos pelos demais jornais e pela revista que abordaram a questão. Apesar de clamar atenção ao calote argentino e apontar os problemas que o Mercosul enfrenta, como o fato de ter sua importância questionada, o jornal defendeu a necessidade de se tomarem iniciativas para reavivar seu protagonismo. Além disso, foi apontado que a crise argentina, uma questão grave, pode ser trabalhada pelos membros dessa união aduaneira imperfeita como uma oportunidade de demonstrar união e capacidade reativa. Desse modo, não foi defendido pelo *Zero Hora* o afastamento brasileiro do Mercosul e de seus vizinhos.

Por sua vez, o *Correio Braziliense* demonstrou preocupação sobre como a crise

econômica argentina reflete no Brasil, especialmente os efeitos negativos da crise cambial para a indústria brasileira. O periódico afirmou que o Brasil não deve abandonar seu principal parceiro, mas que é necessário ter cautela, pois embora a recuperação da economia do país vizinho interesse ao Estado brasileiro, o governo argentino aproveita as oportunidades que consegue para arrancar vantagens excepcionais e “mal-trata” exportadores brasileiros. Assim, o jornal não defendeu um descarte das relações com a Argentina, mas sustentou a necessidade de fortalecimento da postura brasileira nas negociações para proteger os empreendedores nacionais, além de uma diversificação dos parceiros comerciais de forma a diminuir o peso argentino na pauta de destinos de exportações.

A *Folha de S. Paulo* apresentou uma linha argumentativa um pouco distinta. O jornal apontou que o Brasil respeita as regras do Mercosul enquanto a Argentina não o faz, ressaltando que está na hora do Estado buscar seus próprios interesses. Isso inclui romper as amarras do bloco econômico, porém considerando sempre a integração regional e a América Latina. A *Folha de S. Paulo* defendeu que essa região deve ser um pilar para a política externa brasileira, mas no sentido de usar o que foi denominado pelo jornal de “vantagem natural econômica na região” como plataforma para as relações com o restante do mundo. Clama-se assim por um rompimento com a iniciativa regional, vista como um empecilho, e o estabelecimento da América do Sul como um trampolim para os interesses e para a projeção do país no sistema internacional, proposta esta de caráter claramente instrumental que não considera como essa linha de ação poderia ser encarada pelos vizinhos. Nota-se que as considerações defendidas pelo periódico advogam por uma redefinição das diretrizes de política externa não só para iniciativas de integração regional, mas também para a Argentina, uma vez que as relações com o país teriam que ser encaixadas de forma inegável nessa lógica de “plataforma”.

Já a *Veja*, na única reportagem que publicou abordando o tema, atribui enfoque para o modo como o Brasil está preso às amarras ideológicas do Mercosul e por isso tem dificuldades para fortalecer as relações com outros parceiros comerciais. Com a crise da Argentina, e da Venezuela, a revista afirmou que o Brasil corre o risco de se ver em uma situação de isolacionismo no cenário internacional, defendendo ainda a assinatura de acordos com economias mais avançadas, em especial com a União Europeia. Desse modo, a Argentina e o Mercosul aparecem novamente como um entrave para as relações econômicas brasileiras com o resto do mundo.

O argumento de uma política externa baseada em afinidades ideológicas aparece com frequência nos editoriais de *O Estado de S. Paulo*, podendo ser considerado um aspecto central da discussão para o periódico. Assim, para o jornal, o terceiro mundismo do Itamaraty é desastroso, estando embasado por uma infantilidade ideológica do governo petista e gerando decisões políticas ingênuas e imprudentes que “amarram” o país a compromissos internacionais que não são benéficos aos interesses domésticos. Devido ao caráter dessas motivações ideológicas, o diário afirmou que o Brasil desempenha o papel de “bonzinho”, especialmente nas relações com a Argentina, de modo a ser sempre aquele que demonstra solidariedade.

Nesse sentido, *O Estado de S. Paulo* apresenta grandes críticas sobre a relação com o país vizinho. O jornal trabalhou como a economia argentina enfrenta sérios problemas, incluindo o calote e a condenação da Organização Mundial do Comércio (OMC) acerca do protecionismo praticado pelo governo desse Estado. Esse ponto é fundamental para o periódico, pois considera que o Brasil é o principal prejudicado por essa prática argentina que é contra as regras do Mercosul. Nesse sentido, a renovação do acordo automobilístico entre

os dois países sul-americanos representou, para o jornal, uma nova rendição do governo do PT à Argentina, o que produz um impacto fortemente negativo para a indústria automotiva brasileira.

O periódico critica ainda a dependência do Brasil em relação à economia argentina, afirmando que esta ocorre por uma má escolha de parceiros comerciais baseada em razões ideológicas, e não pragmáticas. Desse modo, o Brasil estaria dependente de uma economia problemática que está se tornando uma pária da comunidade internacional, conforme evidenciado pela questão do calote. Ademais, *O Estado de S. Paulo* alega que há uma assimetria no relacionamento entre o governo do PT e o governo Kirchner, pois o tratamento preferencial dado pelo Brasil ao seu vizinho não encontra reciprocidade. Uma evidência disso está no alívio de barreiras alfandegárias que o governo argentino concedeu aos produtos chineses enquanto continua a adotar medidas protecionistas em relação ao Brasil. Para o diário, as relações com a Casa Rosada estão cada vez piores, embora a presidente brasileira não admita e mostre-se tolerante com o país vizinho.

O periódico também apontou que o protecionismo argentino prejudica o Mercosul, ao mesmo tempo em que evidencia a fragilidade do bloco. Segundo o jornal, o Brasil está amarrado a um Mercosul estagnado, emperrado e que serve como um palanque político, o que para *O Estado de S. Paulo* pode ser evidenciado pela ocorrência de discussões nas reuniões dos líderes do bloco sobre tópicos que não apresentam relação com o aspecto comercial. O periódico criticou também o fato de que o Brasil mantém seus compromissos com quem não obedece às regras, no caso a Argentina. Segundo os editoriais, atualmente o Mercosul é um fracasso, que ademais se configura com um “trambolho”, impedindo o Brasil de procurar acordos favoráveis com economias mais fortes. Nesse sentido, foi bastante criticada a postura argentina de não oferecer condições para a realização do acordo de comércio com a União Europeia, constituindo então um entrave para os interesses brasileiros, uma vez que pelas regras do Mercosul negociações desse tipo não podem ser realizadas pelos membros isoladamente. Dessa forma, o Brasil encontra-se dependente das decisões da Casa Rosada no tocante a aspectos importantes de sua política comercial para *O Estado de S. Paulo*.

Pode-se afirmar que o periódico critica a prioridade dada à Argentina pela política externa brasileira, que faz com que o Brasil seja dependente de uma economia cada vez mais frágil. Segundo o jornal, esse destaque para o vizinho e para o Mercosul ocorrem por razões ideológicas e travam as oportunidades que o Estado poderia aproveitar no cenário comercial internacional, sendo que o diário defende a diversificação de parceiros e a realização de acordos com economias mais avançadas em uma lógica muitas vezes de livre comércio.

5 Considerações finais

Uma visão geral dos periódicos que trabalharam o papel da Argentina e do Mercosul para a política brasileira no período selecionado aponta que a abordagem predominante que se tem sobre a questão é negativa, ressaltando as fragilidades da economia argentina e clamando por uma diversificação de parceiros e revisão de prioridades por parte do Brasil. Cabe destacar que todos os editoriais trabalham o relacionamento bilateral e o Mercosul de um ponto estritamente comercial. Não são consideradas então interações de outros tipos, sendo que *O Estado de S. Paulo* citou em um único editorial que são discutidas questões além do comercial no seio do Mercosul, criticando esse aspecto. Embora o bloco seja eminentemente comercial, e tenha sido criado por inspirações dessa natureza, é possível

lembrar que ocorreram esboços, ainda que incompletos e com pouco vigor, para trazer um maior peso para o elemento político na iniciativa regional. De qualquer modo, esses elementos são desconsiderados, bem como a construção histórica do bloco e das relações entre Argentina e Brasil.

Além disso, cabe destacar que a questão sobre o que é o interesse nacional não é um dado, ou seja, é necessário refletir e discutir sobre o que se considera como interesse nacional e quais são os meios pelos quais este pode ser defendido concretamente. O “interesse nacional” não deve ser tratado então como algo obscuro que justifica qualquer ação por si próprio, como muitas vezes os editoriais parecem trabalhar com o termo. Cabe ainda ressaltar que o momento analisado apresenta realmente grandes dificuldades para a economia brasileira, assim como para a Argentina e para o Mercosul. Contudo, se o papel mais proeminente atribuído ao entorno regional e às relações Sul-Sul parece não ter mais os efeitos esperados e necessite de reformulação, isso não significa que a melhor saída seja simplesmente buscar eliminar essa parte da política brasileira e voltar-se a estratégias que pertencem a outro contexto econômico, político e social, como o liberalismo econômico e a prioridade concedida a economias desenvolvidas. Assim, os periódicos não oferecem alternativas que considerem tanto o presente quanto o passado das relações do Brasil com seus vizinhos. A intenção desse trabalho tampouco é fazer isso, mas sim ajudar na reflexão sobre em que bases são formuladas as opiniões de parte da mídia brasileira aqui trabalhada sobre a questão.

Tendo em vista a grande circulação e alcance dos jornais e revistas aqui avaliados, pode-se propor que as informações e opiniões neles expressas possuem relevante impacto sobre a opinião pública no Brasil. Portanto, a partir da análise desses editoriais – e levando em consideração os debates trazidos por Camargo, Deutsch e Gilboa – cabe problematizar em que medida a mídia brasileira não acaba por servir, direta ou indiretamente, a uma agenda externa de interesses propagada por países desenvolvidos. De qualquer modo, fica claro que a maior parte das propostas dos meios de comunicação brasileiros analisados se volta a uma redefinição da prioridade das relações Sul-Sul, especialmente com a Argentina, na política externa do Brasil em prol de uma retomada de iniciativas de corte mais neoliberal. Nota-se então que não há grandes dissidências na opinião da grande mídia sobre o tema, cabendo recordar que esta defende os interesses de seu capital. De forma geral, faz-se necessária uma reflexão sobre o significado de grande parte da população só ter contato com um tipo de visão sobre a política externa brasileira em relação ao seu vizinho e ao Mercosul.

Referências Bibliográficas

BERNAL-MEZA, Raul. Políticas exteriores comparadas de Argentina e Brasil rumo ao Mercosul. **Revista Brasileira de Política Internacional**. Vol.42. Brasília, 1999.

_____. A política exterior do Brasil: 1990-2002. **Revista Brasileira de Política Internacional**. Vol.45. Brasília, 2002.

BURITY, Caroline. A influência da mídia nas relações internacionais: um estudo teórico a partir do conceito de diplomacia midiática. **Contemporânea**, vol. 1, ano 11, n 21. 2013.

BUENO, Clodoaldo. **Passado e Presente das Relações Brasil – Argentina**. Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, 1997.

CANDEAS, Alessandro W. **A integração Brasil-Argentina: história de uma ideia na “visão do outro”**. Brasília: FUNAG, 2010.

_____. **Relações Brasil-Argentina: uma análise dos avanços e recuos**. Revista Brasileira de Política Internacional, 2005, n. 48, pp. 178-213.

CAMARGO, Julia. **Ecos do fragor: a invasão do Iraque em 2003: a mídia internacional e a imprensa brasileira**. 2008. 142f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Instituto de Relações Internacionais, Universidade de Brasília, Brasília.

CONSENSO DE BUENOS AIRES. Buenos Aires, 2003. Disponível em:
<<http://www.resdal.org/ultimos-documentos/consenso-bsas.html>>. Acesso em: 22 Ago. 2015.

DEUTSCH, Karl. **Análise das Relações Internacionais**. Brasília: Universidade de Brasília, 1978.

DORATIOTO, Francisco. A política platina do Barão do Rio Branco. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Vol.43, n.2. Brasília, 2000.

_____. **O Brasil no Rio da Prata (1822-1994)**. Brasília: FUNAG, 2014.

FERRES, Virginia P. **A solução do conflito de Itaipu como início da cooperação política argentino-brasileira na década de 80**. Projeto História, Tomo 2. São Paulo, 2004.

GILBOA, Eytan. Diplomacy in the media age: three models of uses and effects. **Diplomacy & Statecraft**, v. 12, n. 2, p. 1-28, 2001.

_____. Global Communication and foreign policy. **Journal of Communication**, dez., p. 731 -748, 2002.

HALLIDAY, Fred. **Repensando as relações internacionais**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

KUPCHAN, Charles. **How enemies become friends: the sources of stable peace**. Princeton University Press, 2010.

21

MERCOSUL. **Carta de Buenos Aires Sobre Compromisso Social no Mercosul, Bolívia e Chile**. Buenos Aires, 2000. Disponível em:

<http://www.oas.org/ddse/contenidos/carta_social/Web%20page.%20ES/4.Documentos%20d%20Referencia/Sistemas%20Regionales/CARTA%20DE%20BUENOS%20AIRES%20SOBRE%20COMPROMISO%20SOCIAL.doc>. Acesso em: 22 aug. 2015.

MELLO, Leonel I. A. **Argentina e Brasil: a balança de poder no Cone Sul**. São Paulo: Annablume, 1996.

OELSNER, Andrea. **International relations in Latin America: peace and security in the Southern Cone**. New York: Routledge, 2005.

SPEKTOR, Matias. **O Brasil e a Argentina entre a cordialidade oficial e o projeto de integração: a política externa de Ernesto Geisel (1974-1979)**. Revista Brasileira de Política Internacional, Vol.43. Brasília, 2002.

RUIZ, José. Entre o voluntarismo e o realismo: o processo de revisão de modelo econômico do Mercosul = Between the voluntarism and realism: the revision process of the Mercosur economic model. **SÉCULO XXI**, Porto Alegre, v. 4, n° 2, 2013. Disponível em: <<http://sumario-periodicos.espm.br/index.php/seculo21/article/viewFile/1865/148>>. Acesso em: 28 Ago. 2015.

TRATADO DE ASSUNÇÃO. Assunção. Disponível em: <<http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/multilaterais/tratado-para-a-constituicao-de-um-mercado-comum-entre-a-republica-federativa-do-brasil-a-republica-argentina-a-republica-do-paraguai-e-a-republica-oriental-do-urugui-tratado-de-assuncao>>. Acesso em 10 Jul. 2015.

Referências dos periódicos

A ARGENTINA impõe o jogo. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 14 mar. 2014.

ARGENTINA em xeque. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 18 jun. 2014.

ARGENTINA problemática. *Correio Braziliense*, Brasília, 23 abr. 2014. ARGENTINA retém pagamentos. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 26 set. 2014. A FRUSTRAÇÃO da indústria. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 12 out. 2014.

A DEGENERAÇÃO do Mercosul. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 09 ago. 2014. À MARGEM do mercado global. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 27 out. 2014.

BRASILEIROS bonzinhos. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 18 mar. 2014. CRISE argentina afeta o Brasil. *Correio Braziliense*, Brasília, 12 abr. 2014. DERROTA argentina na OMC. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 22 jan. 2015. FRÁGIL Mercosul. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 17 fev. 2015.

ISOLADO e limitado. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 31 mar. 2014.

INFORME de Política Externa Brasileira Nº 50. *Observatório de Política Exterior*, São Paulo, mar. 2014.

INFORME de Política Externa Brasileira Nº 51. *Observatório de Política Exterior*, São Paulo, abr. 2014.

INFORME de Política Externa Brasileira Nº 53. *Observatório de Política Exterior*, São Paulo, jun. 2014.

INFORME de Política Externa Brasileira Nº 54. *Observatório de Política Exterior*, São Paulo, jul. 2014.

INFORME de Política Externa Brasileira Nº 55. *Observatório de Política Exterior*, São Paulo, ago. 2014.

INFORME de Política Externa Brasileira Nº 56. *Observatório de Política Exterior*, São Paulo, set. 2014.

INFORME de Política Externa Brasileira Nº 57. *Observatório de Política Exterior*, São Paulo, out. 2014.

INFORME de Política Externa Brasileira Nº 60. *Observatório de Política Exterior*, São Paulo, jan. 2015.

INFORME de Política Externa Brasileira Nº 61. *Observatório de Política Exterior*, São Paulo, fev. 2015.

INFORME de Política Externa Brasileira Nº 62. *Observatório de Política Exterior*, São Paulo, mar. 2015.

MUDANDO rumos do comércio. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 18 fev. 2015.

NEGOCIAÇÃO emperrada. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 19 mar. 2015.

NOVA rendição à Argentina. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 16 jun. 2014.

O AVANÇO chinês na Argentina. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 08 ago. 2014.

O BRASIL preso à Casa Rosada. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 17 abr. 2014.

CALOTE argentino. *Zero Hora*, Rio Grande do Sul, 29 jul. 2014.

O MAU comércio da indústria. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 20 mar. 2014.

O NOVO calote argentino. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 01 ago. 2014.

O PREÇO da dependência. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 20 out. 2014.

O SAMBA da diplomacia doida. *Veja*, São Paulo, 05 mar. 2014. PERSISTÊNCIA no erro.

O Estado de S. Paulo, São Paulo, 16 fev. 2015.

UM FIASCO comercial. *Correio Braziliense*, Brasília, 07 jan. 2015.